



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR^a LAURA AYRES

*JI nº 3 de Quarteira * EB1 de Quarteira * EB1/JI da Abelheira*

*EB1/JI da Fonte Santa * EB23 de Quarteira*

Escola Secundária Dr^a Laura Ayres

DOCUMENTO ORIENTADOR PARA

A CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

A DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO

A CONSTRUÇÃO DE HORÁRIOS

ESCENDO PER LABOREM

Agrupamento Dr^a Laura Ayres

2020 - 2021

Índice

INTRODUÇÃO	5
CONSTITUIÇÃO DE TURMAS - 2019 /2020.....	6
CRITÉRIOS GERAIS	6
CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – PRÉ-ESCOLAR	8
PRIORIDADES NA MATRÍCULA/ RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA - ENSINO BÁSICO	9
CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS DO ENSINO BÁSICO 1º CICLO CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – 1º CICLO	10
CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – 2º CICLO	10
CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – 3º CICLO	11
PRIORIDADES NA MATRÍCULA / RENOVAÇÃO – ENSINO SECUNDÁRIO	11
CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – ENSINO SECUNDÁRIO	12
OUTRAS OFERTAS FORMATIVAS DO ENSINO SECUNDÁRIO	13
CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – OUTRAS OFERTAS FORMATIVAS	13
EXCEÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DE TURMAS	14
DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO	15
CARGOS E FUNÇÕES PEDAGÓGICAS	18
COMPONENTE LETIVA DOS DOCENTES	19
COMPONENTE NÃO LETIVA	23
FUNÇÕES DE DIRETOR DE TURMA	25
PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO	25
CONSTRUÇÃO DOS HORÁRIOS	27
ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES	27
FUNÇÕES DE DIREÇÃO E COORDENAÇÃO ESTABELECIMENTO	29
CRÉDITO HORÁRIO	29
APOIO TUTORIAL ESPECÍFICO	31
DESDOBRAMENTOS	33
PRINCÍPIOS GERAIS	35
ENSINO PRESENCIAL	35
CRITÉRIOS GERAIS DE ORGANIZAÇÃO	36
HORÁRIOS DAS TURMAS	36
HORÁRIO DOS PROFESSORES	38
DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE	39
Anexo I	42
Anexo II	50
Matriz a aplicar às turmas do 1º, 2º, 3º e 4º anos	52
Matriz a aplicar às turmas dos 5º e 6º anos	53
Matriz a aplicar às turmas dos 10º e 11º anos	55
Matriz a aplicar às turmas do 12º ano	56

INTRODUÇÃO

No uso das competências que lhe são acometidas no ponto 4 do artigo 20  do Decreto Lei n.é 75/2008 de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.é 137/2012, de 2 de julho, especificamente as definidas nas  lneas a), c) e d), a diretora do Agrupamento de Escolas Dr  Laura Ayres submete ao Conselho Pedagógico, para aprovação, e ao Conselho Geral, para apreciação, o Documento Orientador para a Constituição de Turmas, a Distribuição de Serviço e a Construção de Horários, o qual tem como referência o quadro legal em vigor, especialmente o Despacho Normativo n.é 10-A/2018, publicado no Diário da República n.  116/2018, 1  Suplemento, Série II de 2018-06-19, com as alterações produzidas pelo Despacho Normativo n.é 6/2019, publicado no Diário da República n.  107/2019, Série II de 2019-06-04 o Despacho Normativo n.é 10-B/2018, publicado no Diário da República n.  129/2018, 1  Suplemento, Série II de 2018-07-06 e o . Foram tidas em consideração, também, as alterações ao desenho curricular do ensino básico e secundário introduzidas com a publicação do Decreto-Lei n.é 55/2018, no Diário da República n.  129/2018, Série I de 2018-07-06.

Cumpre, assim, o requisito necessário ao cumprimento do estipulado na  lnea k) do art.é 33 e no ponto 1,  lnea l) do art.  13 do RAAG.

CONSTITUIÇÃO DE TURMAS - 2019 /2020

(DESPACHO NORMATIVO N.º 10-A/2018, com as alterações produzidas pelo Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de abril; Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, republicado com as alterações produzidas pelo Despacho Normativo n.º 5/2020, de 21 de abril)

CRITÉRIOS GERAIS

O artigo 2.º do Despacho Normativo n.º 10-A/2018 refere que

- 1 *Na constituição dos grupos e turmas prevalecem critérios de natureza pedagógica definidos no projeto educativo e no regulamento interno dos estabelecimentos e instituições identificados no n.º 2 do artigo anterior, competindo ao diretor aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras constantes do presente despacho normativo, ficando sujeito a autorização dos serviços competentes do Ministério da Educação quando tal implique um acréscimo do número de grupos ou turmas face ao determinado por estes serviços.*
- 2 *Na constituição dos grupos e turmas é respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, podendo o diretor, ouvido o conselho pedagógico, atender a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e para a redução do abandono escolar.*

A constituição de turmas obedece às normas estabelecidas no supracitado despacho, em particular no que se refere ao número de alunos por turma, com as condicionantes inerentes à dimensão das salas, na EB23 e à situação de COVID 19.

1. Nos 1º, 2º e 3º ciclos (todas as turmas) e ensino secundário (todas as turmas), aplica-se o citado despacho, considerando o facto do agrupamento ser TEIP. Assim, o número máximo para a constituição das turmas dos 1º Ciclo é de 24 alunos; nos 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário (cursos científicos humanísticos), por um número mínimo de 24 e máximo de 28 alunos, (no ensino profissional, esse número mínimo baixa para os 22). Com a vigência do Decreto Lei 54/2018 (Lei da Inclusão), a organização das turmas para o próximo ano letivo faz-se sempre que os Relatórios Técnico-Pedagógicos (RTP), elaborados a partir da reavaliação dos Planos Educativos Individuais (PEI) e as identificações feitas até ao final de junho, prevejam, na medida de acesso à aprendizagem e à inclusão, a necessidade de a turma que o aluno frequenta ser reduzida. Assim, as turmas com alunos com Medidas Educativas terão um máximo de 20 alunos (ensino básico e ensino secundário profissional) ou 24 alunos (ensino secundário – cursos científicos humanísticos), sempre que o programa educativo individual explicitamente o determine.
2. Na educação pré-escolar os grupos são constituídas por um número mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças.

3. A abertura de turmas dos cursos científico-humanísticos do ensino recorrente está condicionada a um número mínimo de 30 alunos.
4. Os Cursos de Competências Básicas, Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formação Modular Certificada estão dependentes de autorização. As turmas EFA escolar – as únicas que estão previstas para a escola - serão constituídas por 26 a 30 alunos.
5. A abertura de turmas para frequência da Formação Modular Certificada tem que ser autorizada e depende, preferencialmente, de um número mínimo de 20 adultos inscritos.
6. As turmas dos anos sequenciais do ensino básico e dos cursos de nível secundário de educação, incluindo os do ensino recorrente, bem como das disciplinas de continuidade obrigatória, podem ser constituídas com um número de alunos inferior ao previsto nos artigos 4.º a 6.º, desde que se trate de assegurar o prosseguimento de estudos aos alunos que, no ano letivo anterior, frequentaram o estabelecimento de ensino com aproveitamento e tendo sempre em consideração que cada turma ou disciplina só pode ser constituída com qualquer número de alunos quando for única, mediante prévia autorização dos serviços do Ministério da Educação competentes.
7. A constituição ou a continuidade, a título excecional, de grupos e turmas com número inferior aos limites estabelecidos nos artigos 3.º a 6.º carece de autorização dos serviços do Ministério da Educação competentes, mediante análise de proposta fundamentada do diretor do estabelecimento de educação e de ensino ou de orientações do membro do Governo responsável pela área da educação, em casos em que se mostre oportuno implementar ofertas educativas ou disciplinas para as quais não exista a garantia de ter o número mínimo de alunos estipulado, atendendo, nomeadamente, à densidade populacional estudantil local ou à especificidade da oferta.
8. A constituição ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número superior ao estabelecido nos artigos 4.º a 6.º carece de autorização do conselho pedagógico, mediante análise de proposta fundamentada do diretor do estabelecimento de educação e de ensino, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 16.º do Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril. A constituição das turmas reger-se-á, em qualquer ano de escolaridade, por um critério de homogeneidade entre si, sempre que possível, e dependente, no ensino secundário, das opções escolhidas e/ou facultadas (níveis etários próximos e número equilibrado de alunos/as).
9. Os alunos, no ato da renovação de matrícula, apresentam as suas opções, que deverão ser respeitadas, sem prejuízo das ofertas condicionadas em função dos normativos legais e do corpo docente da escola.
10. Serão oferecidas, na componente da formação específica, as disciplinas de opção maioritariamente escolhidas, tendo em conta os recursos humanos da escola e os normativos legais em vigor.
11. Os alunos sem problemas disciplinares no ano letivo anterior têm prioridade.

12. Procurar-se-á ter em consideração os pareceres/indicações e recomendações dos Conselhos de Turma a que os alunos pertenceram no ano letivo anterior.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – PRÉ-ESCOLAR

Na educação pré-escolar, as prioridades de matrícula obrigam à seriação das crianças, seriação essa que não só as coloca no agrupamento (nas vagas existentes) como estabelece os critérios de seriação para a distribuição e constituição das turmas. São critérios específicos, na educação pré-escolar:

1. Crianças que completem os cinco e os quatro anos de idade até dia 31 de dezembro, sucessivamente pela ordem indicada.
2. Crianças que completem os 3 anos de idade até 15 de setembro.
3. Crianças que completem os 3 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro.
4. Cumulativamente, e como forma de desempate em situação de igualdade, devem ser observadas as seguintes prioridades:
 - a) Sempre que no relatório técnico pedagógico sejam identificadas medidas adicionais de acesso à aprendizagem e à inclusão (Decreto-Lei nº 54/2028).
 - b) Filhos de mães e pais estudantes menores, nos termos previstos no artigo 4.º da Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto;
 - c) Crianças com irmãos a frequentar o estabelecimento de educação pretendido; Crianças beneficiárias de ASE, cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido;
 - d) Crianças beneficiárias de ASE, cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido;
 - e) Crianças cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido;
 - f) Crianças mais velhas, contando-se a idade, para o efeito, sucessivamente em anos, meses e dias;
 - g) Crianças cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação pretendido;
 - h) Outras prioridades e ou critérios de desempate definidos no regulamento interno do estabelecimento de educação e de ensino.

5. Na renovação de matrícula na educação pré-escolar é dada prioridade às crianças que frequentaram no ano anterior o estabelecimento de educação que pretendem frequentar, aplicando-se sucessivamente as prioridades definidas nos números anteriores.

PRIORIDADES NA MATRÍCULA/ RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA - ENSINO BÁSICO

No ensino básico, as vagas existentes em cada estabelecimento de ensino para matrícula ou renovação de matrícula são preenchidas dando-se prioridade, sucessivamente, aos alunos:

1. Sempre que no relatório técnico pedagógico sejam identificadas medidas adicionais de acesso à aprendizagem e à inclusão (Decreto-Lei nº 54/2028).
2. Que no ano letivo anterior tenham frequentado a educação pré-escolar ou o ensino básico no mesmo agrupamento de escolas.
3. Com irmãos já matriculados no estabelecimento de educação e de ensino.
4. Beneficiários de ASE, cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido.
5. Beneficiários de ASE, cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
6. Cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino, dando-se prioridade de entre estes aos alunos que no ano letivo anterior tenham frequentado um estabelecimento de educação e de ensino do mesmo agrupamento de escolas.
7. Que no ano letivo anterior tenham frequentado a educação pré-escolar em instituições particulares de solidariedade social na área de influência do estabelecimento de ensino ou num estabelecimento de educação e de ensino do mesmo agrupamento de escolas, dando preferência aos que residam comprovadamente mais próximo do estabelecimento de educação e de ensino escolhido.
8. Cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de ensino.
9. Mais velhos, no caso de matrícula, e mais novos, quando se trate de renovação de matrícula, à exceção de alunos em situação de retenção que já iniciaram o ciclo de estudos no estabelecimento de educação e de ensino.

CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS DO ENSINO BÁSICO 1º CICLO

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – 1º CICLO

1. Os alunos retidos serão distribuídos, sempre que possível, pelas várias turmas dos mesmos anos de escolaridade.
2. Sempre que possível, respeitar-se-ão as indicações do Conselho de Docentes;
3. As turmas deverão ser heterogêneas, tendo em conta o género e a proveniência dos alunos; poderão ser divididos grandes grupos provenientes do pré-escolar, não devendo ficar alunos isolados do grupo, na medida do possível.
4. Evitar-se-á fazer turmas com mais de um ano de escolaridade.
5. Quando, por imposição legal, for necessário retirar alunos das turmas, seguir-se-ão as indicações do Conselho de Docentes. Se não existirem estas indicações, os alunos serão retirados de forma aleatória.
6. A integração de alunos que completam os 6 anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro só é possível desde que se verifiquem, cumulativamente, a existência de vaga.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – 2º CICLO

1. O serviço de constituição de turmas deve atender às indicações pedagógicas fornecidas pelo professor do 1º Ciclo (parecer do Professor Titular de Turma) e/ou psicóloga sobre os alunos do 4º Ano.
2. Caso seja proposto, deve proceder-se à divisão da mesma turma do 1º Ciclo, de acordo com o parecer do Professor Titular de Turma.
3. Deve ser feita uma distribuição equilibrada dos alunos em cujo relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois nestas condições.
4. A constituição de turmas deve ser feita com níveis etários próximos e número equilibrado de alunos e alunas.
5. Inclusão, nas turmas, dos alunos cujos pedidos de transferência de outras escolas entraram nos serviços de Administração Escolar após a afixação das listas.
6. Distribuição dos alunos retidos pelas várias turmas.
7. No 6º ano, distribuição equilibrada, sempre que possível, dos alunos retidos pelas várias turmas.
8. Sempre que possível, respeitar as indicações do Conselho de Turma e/ou Equipa Pedagógica. As mudanças de turma dos alunos, por razões administrativas, ocorrerão, preferencialmente, por indicação do Conselho de Turma (1º) ou ouvido o Diretor de Turma (2º).

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – 3º CICLO

1. Distribuição equilibrada dos alunos retidos pelas várias turmas.
2. Sempre que possível, respeitar as indicações do conselho de turma e/ou Equipa Pedagógica. As transferências de turma dos alunos ocorrerão por indicação do conselho de turma (1º) ou ouvido o diretor de turma (2º).
3. Distribuição dos alunos em cujos relatórios técnico-pedagógicos seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, pelas diferentes turmas, ouvidos os professores de Educação Especial e/ou o SPO.
4. Tendo como princípio a manutenção do núcleo turma, no 8º e 9º anos, a aplicação do 1º critério geral deverá basear-se nas propostas dos Conselhos de Turma constantes das atas do 3º período e do Diretor de Turma.
5. Quando o número de alunos exceder, por área/opção, o número previsto na lei para a constituição de uma turma devem ser seguidos os critérios a seguir indicados:
 - a) Alunos com medidas seletivas de acesso à aprendizagem e à inclusão;
 - b) Alunos retidos, com avaliação inferior a três na língua estrangeira II e que pretendem mudar a opção de língua estrangeira II (7º ano);
 - c) Alunos que frequentaram a escola no ano letivo anterior;
 - d) Alunos com irmãos já matriculados na escola;
 - e) Alunos cujos pais ou encarregados de educação residam ou desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência da escola.
6. No 3.º ciclo do ensino básico, quando o número de alunos da turma for igual ou superior a 20, é autorizado o desdobramento nas disciplinas de Ciências Naturais e Físico-Químicas, exclusivamente para a realização de trabalho prático e /ou experimental, no tempo correspondente a um máximo de 100 minutos.
7. No 3.º ciclo do ensino básico, nos 7.º e 8.º anos, o número mínimo para abertura de uma disciplina de opção de Oferta de Escola é de 20 alunos.

PRIORIDADES NA MATRÍCULA / RENOVAÇÃO – ENSINO SECUNDÁRIO

No ensino secundário, as vagas existentes em cada estabelecimento de ensino para matrícula ou renovação de matrícula são preenchidas dando-se prioridade, sucessivamente, aos alunos:

1. Sempre que no relatório técnico pedagógico sejam identificadas medida adicionais de acesso à

aprendizagem e à inclusão (Decreto-Lei nº 54/2018).

2. Com irmãos já matriculados no estabelecimento de educação e de ensino.
3. Beneficiários de ASE, cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido.
4. Beneficiários de ASE, cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido.
5. Que frequentaram o mesmo estabelecimento de ensino no ano letivo anterior.
6. Que comprovadamente residam ou cujos encarregados de educação comprovadamente residam na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino.
7. Que frequentaram um estabelecimento de ensino do mesmo agrupamento de escolas, no ano letivo anterior;
8. Que desenvolvam ou cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino.
9. Outras prioridades e ou critérios de desempate definidos no regulamento interno do estabelecimento de educação e de ensino, nomeadamente, o histórico do aluno em relação a problemas disciplinares.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – ENSINO SECUNDÁRIO

- 1) Os alunos que frequentaram o 9º ano devem manter-se na mesma turma, de acordo com o curso que escolherem. Este critério será alterado se existirem indicações em contrário, tanto em termos individuais, como de funcionamento da própria turma.
- 2) Tendo como princípio a manutenção do núcleo turma, no décimo primeiro ano, a aplicação do primeiro critério geral deverá basear-se nas propostas de conselhos de turma constantes das atas do terceiro período e/ou em pareceres do diretor de turma.
- 3) As turmas do 12º ano devem ser organizadas por áreas, mantendo na mesma turma os alunos que optam pelo mesmo currículo, os quais indicam 3 disciplinas de opção por ordem de preferência.
- 4) Quando o número de alunos exceder, por área/opção, o número previsto na lei para a constituição de uma turma devem ser seguidos os critérios a seguir indicados:
 - a) Alunos com medidas de acesso à aprendizagem e à inclusão;
 - b) Alunos que frequentaram a escola no ano letivo anterior;
 - c) Alunos que se candidatem à matrícula, pela primeira vez, no 10º ano de escolaridade, em função

do curso pretendido.

- 5) Aos candidatos referidos na alínea c) do ponto anterior é dada prioridade, em função do curso pretendido, de acordo com os seguintes critérios:
- a) Alunos que frequentaram a escola no ano anterior;
 - b) Alunos com irmãos já matriculados na escola;
 - c) Alunos cujos pais ou encarregados de educação residam ou desenvolvam a sua atividade profissional na área geográfica da escola;
 - d) Alunos mais novos.

OUTRAS OFERTAS FORMATIVAS DO ENSINO SECUNDÁRIO

O Despacho Normativo n.º 10-A/2018, de 19 de junho estabelece normas para a constituição de turmas dos Cursos Profissionais. Nestes cursos, as turmas são constituídas por um número mínimo de 22 alunos e um máximo de 28 alunos.

1. É possível agregar componentes de formação comuns ou disciplinas comuns de dois cursos diferentes numa só turma, mediante autorização prévia dos serviços competentes em matéria de funcionamento dos cursos, não devendo os grupos a constituir ultrapassar nem o número máximo (28), nem o número mínimo (22) alunos.
2. As turmas dos Cursos Profissionais que integram alunos em cujo relatório técnico-pedagógico, seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois nestas condições, são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS – OUTRAS OFERTAS FORMATIVAS

No âmbito do ensino básico e secundário há ainda a considerar normativos legais que regulamentam a constituição de turmas dos Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), dos Cursos Vocacionais (secundário) e dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA).

1. Os Cursos EFA são regulados pela Portaria n.º 283/2011, de 24 de outubro. Neste normativo, o artigo 19.º, relativamente aos Cursos EFA, define que a constituição dos grupos de formação deve integrar um número mínimo de 25 e um número máximo de 30 formandos, no caso de se tratar de um curso exclusivamente de certificação escolar, e um número mínimo de 15 e um número máximo de 30 formandos, no caso de se tratar de um curso de dupla certificação

(escolar e profissional). O artigo 38.é, no que respeita às Formações Modulares Certificadas define que a constituição dos grupos de formação deve obedecer a um número mínimo de 15 e um número máximo de 30 formandos. Nesta oferta, o número mínimo de formandos referido aplica-se unicamente às ações financiadas por fundos públicos.

EXCEÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

1. Nos ensinos básico, secundário e ensino recorrente, as turmas dos anos sequenciais, bem como das disciplinas de continuidade obrigatória, podem funcionar com um número de alunos inferior ao estabelecido, desde que se trate de assegurar o prosseguimento de estudos aos alunos que, no ano letivo anterior, frequentaram a escola com aproveitamento e tendo sempre em consideração que cada turma ou disciplina só pode funcionar com qualquer número de alunos quando for única.
2. A constituição ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número inferior ao estabelecido carece de autorização dos serviços territorialmente competentes (DGEstE), mediante análise de proposta fundamentada do diretor da UO.
3. A constituição ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número superior ao estabelecido carece de autorização do conselho pedagógico.

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO

(Despacho Normativo n.º 10-B/2018, publicado no Diário da República n.º 129/2018, 1º Suplemento, Série II de 2018-07-06 e Resolução do Conselho de Ministros nº 53-D/2020, de 20 de julho)

O Despacho Normativo n.º 10-B/2018, publicado no *Diário da República* n.º 129/2018, 1º Suplemento, Série II de 2018-07-06, estabelece as normas relativas à distribuição de serviço docente – algumas das quais atualizadas pela RCM citada. Nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, compete à diretora distribuir o serviço docente.

Não foram indicados quaisquer horários zero para o próximo ano letivo.

Por ter integrado o grupo piloto do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, o agrupamento rege-se, a partir do ano letivo 2020/21, pelo consagrado no Decreto – Lei nº 55/2018, de 6 de julho, em todos os anos de escolaridade.

De acordo com a RCM nº 53-D/2020, o conselho de ministros determinou que, em matéria de planeamento e gestão curricular, devem ser adotadas as seguintes medidas:

- a) No ano letivo de 2020/2021, as Orientações Pedagógicas para a Educação Pré-Escolar, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, as Aprendizagens Essenciais e os perfis profissionais e referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações devem constituir -se como os documentos curriculares para efeitos de planificação, realização e avaliação do ensino e aprendizagem de cada componente do currículo, área disciplinar, disciplina ou UFCD;
- b) A componente de Cidadania e Desenvolvimento deve ser desenvolvida no âmbito da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;
- c) No ano letivo de 2020/2021, tendo em conta o contexto da pandemia da doença COVID -19, os documentos curriculares podem ser objeto de intervenção, mediante decisão das áreas governativas com competência na matéria;
- d) No âmbito das atividades de carácter artístico e cultural, as escolas, visando o desenvolvimento das componentes estruturantes da matriz curricular das diversas ofertas educativas e formativas e das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, devem planificar a concretização de atividades, programas e projetos artísticos e culturais, devendo adequá-los aos regimes previstos na presente resolução;
- e) No âmbito das atividades de carácter artístico e cultural, as escolas devem articular as suas ações com entidades e agentes culturais, promovendo parcerias e operacionalizando a realização destas atividades, designadamente residências artísticas, visitas de estudo, oficinas de formação e outras atividades de âmbito artístico e cultural;
- f) No âmbito das atividades desportivas, as escolas devem proceder à sua planificação, adequando-as às orientações em vigor das autoridades de saúde.

As determinações apresentadas organizam-se tendo em conta o quadro normativo em vigor. Assim, nos termos do artigo 2.é do referido Despacho Normativo e com vista à melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, de modo a garantir que todos adquirem os conhecimentos e desenvolvem as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos   Saída da Escolaridade Obrigatória, na organização do ano letivo, designadamente na distribução do serviço docente, devem os diretores observar, entre outros, os seguintes princípios:

- a) Definição de regras e procedimentos que permitam a constituição de equipas educativas de modo a potenciar o trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento e realização conjunta das atividades letivas, bem como na avaliação do ensino e das aprendizagens;
- b) Criação de condições que permitam o acompanhamento pelas equipas educativas das turmas ou grupos de alunos ao longo de cada ciclo;
- c) Implementação de momentos específicos de partilha, reflexão dos docentes sobre as práticas pedagógicas e de interligação entre os diferentes níveis de educação e ensino;
- d) d) Atuação preventiva que permita antecipar fatores/preditores de insucesso e abandono escolar;
- e) Implementação de medidas que garantam uma educação inclusiva que responda às potencialidades, expectativas e necessidades de cada aluno;
- f) Promoção da inovação e a diversificação de metodologias de ensino e aprendizagem;
- g) Promoção de um acompanhamento próximo dos alunos que transitam de ciclo e de escola;
- h) Identificação atempada de dificuldades de integração e de aprendizagem dos alunos;
- i) Promoção do acompanhamento próximo dos alunos que em cada turma manifestem dificuldades de integração, de relacionamento com colegas e docentes, e de aprendizagem;
- j) Ajustamento do horário dos docentes às necessidades escolares que ocorram ao longo do ano letivo, sempre que tal se justifique.

Considerando a RCM n.  53-D/2020, presidem ainda, ao trabalho organizador da escola, os seguintes princípios:

- a) O reforço dos mecanismos de promoção da igualdade e equidade, concebendo respostas escolares específicas que mitiguem as desigualdades, com vista a que todos os alunos alcancem as competências previstas no Perfil dos Alunos   Saída da Escolaridade Obrigatória;
- b) A afirmação do regime presencial como regime regra e do caráter excecional e temporário ndos regimes misto e não presencial;
- c) A flexibilização na transição entre os regimes presencial, misto e não presencial;
- d) A prioridade na frequência de aulas presenciais pelos alunos até ao final do 2.  ciclo e àqueles a quem não seja possível assegurar o acompanhamento pelos professores quando se encontrem em regime não presencial;

- e) A valorização da experiência adquirida em contexto de emergência de saúde pública, na planificação e concretização de ensino em regime não presencial e na preparação dos espaços escolares;
- f) O reconhecimento da importância da escola, enquanto suporte e condição para o funcionamento normal da vida familiar, profissional e econ mica do País.

Além das prioridades referidas, devem, têm, os cr terios subjacentes   distribuição do serviço docente ter em conta a gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis, tanto na adaptação aos fins educativos a que se destinam como na otimização do potencial de formação de cada um dos docentes.

Os docentes podem, independentemente do grupo pelo qual foram recrutados, lecionar outra disciplina ou unidade de formação, do mesmo ou de diferente ciclo ou nível, desde que sejam titulares da adequada formação científica e certificação de idoneidade, nos casos em que esta é requerida. Entende-se por adequada formação científica ser detentor, preferencialmente, de uma qualificação profissional para o respetivo grupo de recrutamento ou de uma licenciatura/mestrado na área científica da disciplina.

Nos termos do n.é 2 do artigo 5.é do mesmo Despacho Normativo, o serviço letivo resultante dos grupos e turmas existentes em cada UO tem prioridade sobre qualquer outro, para efeitos do preenchimento da componente letiva a que cada docente está obrigado pelo disposto nos artigos 77.  e 79.  do ECD.

A componente letiva de cada docente de carreira tem de estar completa, não podendo, em caso algum, conter qualquer tempo de insuficiência.

Sempre que, nos 2.  e 3.  ciclos do ensino básico e no ensino secundário, da atribuição de serviço letivo a cada docente, resultem frações do tempo adotado, a escola gere, de forma flexível ao longo do ano, a forma de completar a componente letiva, privilegiando medidas de promoção do sucesso educativo.

A distribuição do serviço docente concretiza -se com a entrega de um horário semanal a cada docente no início do ano letivo, ou no início de uma atividade sempre que esta não seja coincidente com o início do ano letivo.

O serviço docente não deve ser distribuído por mais de dois turnos por dia, com exceção da participação em reuniões de natureza pedagógica não previstas, convocadas nos termos legais, quando de as condições da escola assim o exigirem.

No horário de trabalho do docente é obrigatoriamente registada a totalidade das horas correspondentes   duração da respetiva prestação semanal de trabalho, com exceção da componente não letiva destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais, que decorram de necessidades ocasionais e que não possam ser realizadas nos termos da alínea c) do n.é 3 do artigo 82.é do ECD.

A diretora garante, desde o primeiro dia do ano letivo, o controlo da pontualidade e assiduidade de todo o serviço docente registado no horário, nos termos do n.é 3 do artigo 76.é do ECD, através dos meios

adequados (ponto 12, artigo 7 ).

A atribuição de serviço docente extraordinário só pode ter lugar para dar resposta a situações ocorridas no decurso do ano letivo e exclusivamente no caso de manifesta impossibilidade de aplicação de algum dos mecanismos previstos no n.é 7 do artigo 82.é do ECD, no que às ausências de curta duração diz respeito e sem prejuízo do disposto no n.é 7 do artigo 83.é do ECD.

Sempre que num grupo de recrutamento se verifique a necessidade de afetação ou de reafetação de horas letivas resultantes, designadamente, de impedimentos temporários de professores, serão as mesmas distribuídas, pela diretora,   docentes em serviço na escola que tenham horários incompletos, dando prioridade aos docentes de carreira.

O recurso   contratação s    possível após a verificação da inexistência de horas disponíveis nos horários dos docentes dos quadros em exerc cio de fun  es na escola.

Para efeitos do disposto no número anterior, a componente de Cidadania e Desenvolvimento   atribuída   docente dos quadros, preferencialmente do conselho de turma, independentemente do grupo de recrutamento.

Na definição das disciplinas de oferta de escola   priorit ria e determinante a racional e eficiente gestão dos recursos docentes existentes na escola.

CARGOS E FUN  ES PEDAGÓGICAS

No  mbito da sua autonomia pedagógica, as escolas ou agrupamentos definem o tempo de redução da componente letiva para o desempenho de cargos de natureza pedagógica, dentro dos seguintes limites: o desempenho das fun  es de coordenação das estruturas de natureza pedagógica, designadamente de orientação educativa e de supervisão pedagógica, implica o recurso ao tempo letivo resultante das horas:

- a) De redução da componente letiva que os docentes usufruem em função da idade e do tempo de serviço, por via do disposto no artigo 79.é do ECD;
- b) Da componente não letiva de estabelecimento, conforme previsto no n.é 6 do artigo 79.é e no n.é 3 do artigo 82.é do ECD;
- c) Da *Componente do crédito horário*   que se referem os artigos 8  a 10  do referido despacho bem como das componentes referidas na RCM n  53-D/2020, no seu ponto 20, c) e d).

O exercício de funções nas outras estruturas de coordenação é que se refere o artigo 45.é do Decreto-Lei n.é 75/2008, de 22 de abril, com as alterações que lhe foram produzidas, é assegurado, preferencialmente, no tempo da componente não letiva de estabelecimento.

COMPONENTE LETIVA DOS DOCENTES

A componente letiva, a constar no horário semanal de cada docente, encontra -se fixada no artigo 77.é do ECD, considerando -se que está completa quando totalizar 25 horas semanais, no caso do pessoal docente da educação pré -escolar e do 1.  ciclo do ensino básico, ou 22 horas semanais (1100 minutos), no caso do pessoal do grupo de recrutamento 120 e dos restantes ciclos e níveis de ensino, incluindo a educação especial.

Os docentes do 1.  ciclo do ensino básico titulares de turma asseguram as componentes do currículo constantes da respetiva matriz curricular, com exceção do Inglês.

Aos docentes podem ser atribuídos tempos para:

- a) Implementação de medidas de promoção do sucesso escolar;
- b) Coadjuvação, quando necessária, em disciplinas estruturantes no 1.é ciclo do ensino básico.

As horas resultantes da componente para a atividade pedagógica do crédito horário destinam -se   implementação das medidas de promoção do sucesso escolar e de combate ao abandono escolar, designadamente as de:

- a) Apoio a grupos de alunos, tanto no sentido de ultrapassar dificuldades de aprendizagem como de potenciar o desenvolvimento da mesma;
- b) Reforço da carga curricular em disciplinas com menor sucesso escolar;
- c) Coadjuvação, quando necessária e devidamente fundamentada, em disciplinas estruturantes do ensino básico;
- d) Coadjuvação, quando necessária e fundamentada, nas Expressões Artísticas ou Educação Física do 1.  ciclo do ensino básico;
- e) Concretização da Oferta Complementar prevista na matriz curricular dos 2.  e 3.  ciclos do ensino básico;
- f) Outras, a desenvolver pela escola, com idêntico objetivo de promover o sucesso escolar e combater o abandono escolar.

De acordo com a RCM citada,

- a) O reforço do CH em resultado da aplicação das fórmulas previstas nas alíneas anteriores é exclusivamente utilizado para a recuperação e consolidação de aprendizagens, nomeadamente através de horas de apoio educativo e coadjuvação de aulas, em resultado da suspensão das atividades letivas, decorrente da pandemia;

- b) No ano letivo de 2020/2021 é fixado um período de cinco semanas, a partir do início do ano letivo, destinado à recuperação e consolidação das aprendizagens, identificadas em função do trabalho realizado com cada aluno no ano letivo 2019/2020;
- c) A recuperação e consolidação das aprendizagens a que se refere a alínea anterior acontece de forma contínua, cabendo às escolas, no âmbito da sua autonomia, definir formas de organização que potenciem estas tarefas;
- d) No desenvolvimento das atividades referidas nas alíneas e) e f) deve ser definido um plano de atuação e identificados os alunos abrangidos por esta medida, designadamente aqueles que tiveram maiores dificuldades de contacto e de acompanhamento das atividades promovidas pela escola no ano letivo 2019/2020;
- e) Excecionalmente, no ano letivo 2020/2021 são abrangidos pelas tutorias previstas no artigo 12.é do Despacho Normativo n.é 10 -B/2018, publicado no Diário da República, 2.  série, n.é 129, de 6 de julho,  l m dos  ı previstos, os alunos dos 2.  e 3.  ciclos do ensino básico e do ensino secundário que não transitaram em 2019/2020, tendo em conta o impacto da pandemia na suspensão das atividades letivas;
- f) O modo de funcionamento das tutorias referidas na alínea anterior é definido pela escola, sendo o acompanhamento dos alunos realizado pelo professor tutor, em estreita ligação com o respetivo conselho de turma;
- g) Na planificação e execução do apoio tutorial específico, deve o professor tutor integrar as atividades desenvolvidas pelos alunos mentorandos abrangidos pelo programa de mentoria a que se refere a alínea j);
- h) A monitorização e avaliação do trabalho realizado no âmbito das tutorias abrangidas pela alínea j)   efetuado pelo conselho pedagógico, devendo, para esse efeito, cada professor tutor proceder à entrega de um relatório trimestral sobre as atividades desenvolvidas;
- i) O acréscimo das tutorias abrangidas pela alínea j) decorrente do impacto da pandemia é financiado exclusivamente por fundos comunitários;
- j) As escolas devem criar um programa de mentoria tendo em vista estimular o relacionamento interpessoal e a cooperação entre alunos;
- k) Compete ao diretor submeter à aprovação do conselho geral o programa de mentoria elaborado pelo conselho pedagógico;
- l) O programa de mentoria deve desenvolver -se através da identificação de alunos que, em cada escola, se disponibilizam para apoiar os seus pares acompanhando-os, designadamente, no desenvolvimento das aprendizagens, no esclarecimento de d vidas, na integração escolar, na

preparação para os momentos de avaliação e em outras atividades conducentes à melhoria dos resultados escolares;

- m) A seleção dos alunos mentores e mentorandos deve ser efetuada de acordo com os critérios definidos no programa de mentoria, competindo às escolas disponibilizar os meios necessários à realização das atividades de mentoria, incluindo o apoio logístico.
- n) A participação como aluno mentor é registada no certificado do aluno, podendo ser valorizada na classificação dos alunos;
- o) A coordenação e o acompanhamento do programa de mentoria é efetuado pelo coordenador dos diretores de turma;
- p) A monitorização e avaliação do trabalho realizado no âmbito do programa de mentoria é efetuado pelo conselho pedagógico, devendo, para esse efeito, recolher evidências do trabalho realizado;
- q) Cabe ao coordenador do programa de mentoria, em articulação com cada diretor de turma:
 - i. Proceder à planificação das atividades a desenvolver, bem como o acompanhamento da sua execução;
 - ii. Apoiar o aluno mentor no desenvolvimento das suas atividades, nomeadamente na criação de hábitos de estudo e de rotinas de trabalho;
 - iii. Promover a interligação com os diretores de turma e com o professor tutor, quando aplicável, informando-os das atividades desenvolvidas pelos alunos no âmbito do programa;
 - iv. Promover um ambiente favorável ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
 - v. Envolver a família do aluno na planificação e desenvolvimento do programa

As escolas, no quadro das suas atribuições, devem prestar um acompanhamento específico às crianças e jovens em risco ou perigo, sensibilizando os docentes e, em particular, os diretores de turma, para a identificação precoce deste tipo de situações, devendo, sempre que detetem crianças e jovens em situação de risco ou perigo, em articulação com a comissão de proteção de crianças e jovens territorialmente competente, organizar dinâmicas de integração e de trabalho escolar, através da EMAEI, de modo a proporcionar aos alunos os meios e as condições necessárias à sua segurança, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

A componente letiva de cada docente dos quadros tem de estar totalmente completa, não podendo, em caso algum, conter qualquer tempo de insuficiência, abrangendo, nomeadamente,

- Aulas/Turmas – Disciplinas constantes dos planos de estudo das matrizes curriculares e obrigatórias para todos os alunos.

- Cargos/funções – No âmbito da *componente crédito*.
- Medidas de promoção do sucesso escolar e de combate ao abandono escolar.
- Horas de redução da componente letiva ao abrigo do ECD, que passam para a componente não letiva do docente.

Se, após a aplicação dos números anteriores, subsistirem docentes dos quadros com a componente letiva apenas parcialmente completa, podem ser imputadas a esta componente atividades desenvolvidas com alunos, com vista a promover o sucesso escolar e a combater o abandono escolar, designadamente:

- a) Coadjuvação no mesmo ou noutro ciclo de estudos e nível de ensino;
- b) Apoio educativo, incluindo o Apoio ao Estudo dos 1.  e 2.  ciclos;
- c) Oferta Complementar do 1.  ciclo do ensino básico por afetação de docentes dos outros ciclos ou níveis;
- d) Lecionação de grupos de alunos de homogeneidade relativa em disciplinas estruturantes;
- e) Substituições temporárias de docentes em falta.

Da aplicação das medidas acima previstas não pode resultar horas de contratação de docentes. A imputação de horas   componente letiva, para desenvolvimento de projetos do Desporto Escolar faz-se de acordo com o estipulado no Despacho n.é 6827/2017, de 8 de agosto, nomeadamente:

- Professor responsável por grupo equipa de Nível II – até 3 tempos letivos;

O funcionamento dos grupos equipa obedece ao disposto no n  4 do citado despacho.

Com vista a melhorar a qualidade da aprendizagem, e considerando as horas de crédito atribuídas à unidade e os recursos TEIP que poderão existir, a diretora promove:

- a) A utilização de medidas de reforço das aprendizagens, no 1.é ciclo, em Português e/ou Matemática, por parte de professores do mesmo ou de outro ciclo e nível de ensino pertencentes à escola,
- b) A coadjuvação em qualquer disciplina dos 1. , 2.  e 3.  ciclos do ensino básico e do ensino secundário de entre os docentes a exercer funções na escola;
- c) A constituição temporária de grupos de alunos de homogeneidade relativa, em qualquer ciclo de estudos ou nível de ensino, acautelando a devida articulação dos docentes envolvidos;
- d) O apoio ao estudo em sala de aula e em sala de estudo;
- e) A implementação de projetos que visem o desenvolvimento das competências sociais e pessoais, transversais   consolidação dos valores da cidadania, tendo como horizonte o perfil de competências   saída da escolaridade obrigatória.

COMPONENTE NÃO LETIVA

A componente não letiva do serviço docente abrange a realização de trabalho individual e a prestação de trabalho no estabelecimento de educação ou ensino.

O diretor atribui as atividades a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente, de entre as previstas no n.º 3 do artigo 82.º do ECD ou outras aprovadas pelo conselho pedagógico ou consagradas na legislação em vigor, a saber:

- a) A colaboração em atividades de complemento curricular que visem promover o enriquecimento cultural e a inserção dos educandos na comunidade;
- b) A informação e orientação educacional dos alunos em colaboração com as famílias e com as estruturas escolares locais e regionais;
- c) A participação em reuniões de natureza pedagógica legalmente convocadas nomeadamente as que promovam o desenvolvimento de trabalho colaborativo;
- d) A participação, devidamente autorizada, quer em articulação com o centro de formação da associação de escolas, quer por iniciativa do docente, em ações de formação contínua que incidam sobre conteúdos de natureza científico-didática com ligação à matéria curricular lecionada, bem como as relacionadas com as necessidades de funcionamento da escola de acordo com o seu plano de formação, e as que promovam um efetivo trabalho colaborativo entre docentes;
- e) A substituição de outros docentes do mesmo agrupamento de escolas ou escola não agrupada na situação de ausência de curta duração;
- f) A realização de estudos e de trabalhos de investigação que entre outros objetivos visem contribuir para a promoção do sucesso escolar e educativo;
- g) A assessoria técnico-pedagógica de órgãos de administração e gestão da escola ou agrupamento;
- h) O acompanhamento e apoio aos docentes em período probatório;
- i) O desempenho de outros cargos de coordenação pedagógica;
- j) O acompanhamento e a supervisão das atividades de enriquecimento e complemento curricular;
- l) A orientação e o acompanhamento dos alunos nos diferentes espaços escolares;
- m) O apoio individual a alunos com dificuldades de aprendizagem;
- n) A produção de materiais pedagógicos.

O disposto na alínea e) do n.º 3 ocorre nos termos previstos nos números 5, 6 e 7 do artigo 82.º do ECD.

A diretora estabelece 135 minutos como tempo mínimo a incluir na componente não letiva de estabelecimento de cada docente, de todos os níveis e ciclos de educação e ensino para que, nos termos n.é 4 do artigo 82.é do ECD,   exceção dos educadores e docentes da educação pré-escolar e do 1.  ciclo, cujo valor é de 100 minutos, de modo a que:

- a) Fiquem asseguradas as necessidades de acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos;
- b) Sejam realizadas as atividades educativas que se mostrem necessárias à plena ocupação dos alunos durante o período de permanência no estabelecimento escolar;
- c) Sejam asseguradas as atividades atribuídas à Equipa TIC.

No âmbito da autonomia pedagógica e organizativa das escolas, aquando da elaboração dos horários é tido em consideração o tempo necessário para a supervisão pedagógica e o acompanhamento das atividades de animação e apoio   família, assim como o atendimento aos encarregados de educação, nos termos previstos na Portaria n.é 644-A/2015, de 24 de agosto.

Sempre que um docente tenha, no mesmo dia, serviço letivo distribuído em diferentes estabelecimentos do mesmo agrupamento, o tempo de deslocação entre eles é considerado como componente não letiva de estabelecimento.

Nesta componente deve ser, ainda, tido em conta um tempo semanal para assegurar o apoio a docentes com deficiência visual, designadamente, ao nível da preparação de materiais e da correção de instrumentos de avaliação das aprendizagens dos alunos, ou outras atividades pedagógicas.

A componente não letiva deve integrar o trabalho de mobilização de medidas de suporte à aprendizagem que resultem da identificação de necessidades específicas de acesso   aprendizagens curriculares levada a cabo pela equipa de docentes da turma.

A redução da componente letiva do horário de trabalho a que o docente tenha direito, nos termos do artigo 79.é do ECD, determina o acréscimo correspondente da componente não letiva a nível de estabelecimento de ensino, mantendo-se a obrigatoriedade de prestação pelo docente de trinta e cinco horas de serviço semanal.

No âmbito da autonomia pedagógica e organizativa das escolas, a diretora tem em consideração, para efeitos da elaboração dos horários, o tempo necessário para as atividades de acompanhamento e de vigilância dos alunos do 1.  ciclo durante os intervalos entre as atividades letivas, com exceção do período de almoço, ao abrigo da  lnea l) do n.é 3 do artigo 82.é do ECD, assim como o atendimento aos encarregados de educação.

FUNÇÕES DE DIRETOR DE TURMA

No âmbito do artigo 10  do citado despacho normativo, as funções de diretor de turma incluem, entre outras:

- a) Assegurar o planeamento conjunto da leccionação dos conteúdos curriculares das diferentes disciplinas promovendo a interdisciplinaridade e uma eficaz articulação curricular;
- b) Coordenar o processo de avaliação formativa das aprendizagens, garantindo a sua regularidade e diversidade;
- c) Promover, orientar e monitorizar a conceção e implementação de medidas que garantam o sucesso escolar de todos os alunos;
- d) Apoiar a integração dos alunos na escola e o acesso às diferentes ofertas por esta promovida;
- e) Desenvolver iniciativas que promovam a relação da escola com a família, em articulação com os docentes do conselho de turma;
- f) Promover mecanismos de devolução de informação às famílias;
- g) Promover a articulação entre os docentes da turma, tendo em vista o acompanhamento e a coordenação do trabalho a realizar pelos alunos, visando uma utilização proficiente dos recursos e ferramentas digitais, bem como o acesso equitativo às aprendizagens (RCM – ensino   distância).

Para assegurar estas funções, a diretora gere até 4 horas por turma, incluindo as referentes ao crédito horário, artigo 79  e componente não letiva, as quais são distribuídas, conforme necessário, a fim de assegurar o funcionamento das equipas de 1  intervenção, no ensino básico (2  e 3  ciclos).

PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO

As medidas de promoção do sucesso educativo são definidas ao nível do plano de a  o estratégica concebido por cada escola, com base nas dificuldades manifestadas pelos alunos e consubstanciando respostas pedagógicas alinhadas com o diagnóstico, tendo por referência o previsto no artigo 21.é do Decreto-Lei n.é 55/2018, de 6 de julho, no artigo 32.é do Despacho normativo n.é 1 -F/2016, de 5 de abril (para o 4  ano).

- a) As horas de apoio educativo para os alunos dos três ciclos do ensino básico e do ensino secundário utilizam -se, apenas, com base nas necessidades reais que em cada momento do ano letivo são identificadas;
- b) Para efeitos do disposto no número anterior deve ser tido em consideração o previsto na  lnea

- m) do n.é 3 do artigo 82.é do ECD nos casos de apoio educativo individual a alunos com dificuldades de aprendizagem;
- c) A adoção da medida de coadjuvação em sala de aula deve assentar numa lógica de trabalho colaborativo entre os docentes envolvidos;
- d) A medida referida no ponto anterior pode ser adotada, sempre que entendida como necessária, designadamente, nas Expressões Artísticas e Físico -Motoras no 1.é ciclo do Ensino Básico;
- e) O Apoio ao Estudo previsto na matriz curricular do 2.  ciclo do ensino básico é oferecido com recurso exclusivo às horas da componente não letiva de estabelecimento e do crédito horário.
- f) A concretização da Oferta Complementar prevista na matriz curricular dos 2.  e 3.  ciclos do ensino básico é garantida com recurso exclusivo às horas do crédito horário;
- g) A Oferta Complementar prevista na matriz curricular dos 1. , 2.  e 3.  ciclos do ensino básico, de forma a contribuir para a promoção integral dos alunos nas áreas de cidadania, artísticas, culturais, científicas ou outras desenvolvidas, do Decreto-Lei n  55/2018, de 6 de julho;
- h) Compete, também   escola, definir e estabelecer os currículos da Oferta de Escola prevista na matriz curricular do 3.  ciclo nas áreas artística ou tecnológica, nos termos do artigo 11.é do mesmo diploma legal;
- i) O recurso   contratação para a implementação de medidas de promoção do sucesso educativo pode acontecer, apenas, quando a componente letiva dos docentes de carreira se encontrar totalmente preenchida e existam, ainda, horas disponíveis no crédito referido no n.é 1 do artigo 9.é;
- j) O diretor deve, ainda, ter presente a possibilidade de diversificação da oferta educativa, não são no que concerne aos jovens, mas também aos adultos.

CONSTRUÇÃO DOS HORÁRIOS

ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS ESCOLARES

No âmbito da autonomia pedagógica e organizativa e atendendo às especificidades da escola ou agrupamento, a diretora, ouvido o conselho pedagógico, define a organização das atividades educativas com base nos princípios pedagógicos que melhor acolham as metas e as finalidades do projeto educativo e a ocupação dos tempos escolares dos alunos.

A organização das atividades deve ter em consideração a variação do ritmo de trabalho e do grau de concentração dos alunos ao longo do dia, sendo expressa num horário adequado às necessidades dos alunos e às circunstâncias escolares.

As atividades de promoção do sucesso escolar, cuja organização depende exclusivamente das competências atribuídas à escola, são geridas pela diretora, atendendo à duração, ao período temporal de implementação e à diversidade dos temas a abordar, concretizando-se, designadamente, através de:

- a) Oferta Complementar, prevista nas matrizes curriculares do 1º ciclo – 1º e 2º anos (iniciação à língua inglesa); 3º e 4º ano (Filosofia para Crianças);
- b) Oferta Artística / Tecnológica – CineCiência e Programação & Robótica (3º Ciclo);
- c) Medidas de Apoio ao Estudo, que garantam um acompanhamento eficaz do aluno face às dificuldades detetadas e orientadas para a satisfação de necessidades específicas, nomeadamente, as salas de estudo e as atividades de complemento das aprendizagens previstas no Projeto SMILE;
- d) Apoio ao Estudo, no 1.º ciclo, tendo por objetivo apoiar os alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho e visando prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e de Matemática;
- e) Constituição temporária de grupos de homogeneidade relativa em termos de desempenho escolar, em disciplinas estruturantes, tendo em atenção os recursos da escola e a pertinência das situações (MATSucesso e, pontualmente, em todas as disciplinas em que seja possível articular recursos com as salas de estudo e/ou bibliotecas);
- f) Coadjuvação / assessoria em sala de aula, valorizando-se as experiências e as práticas colaborativas que conduzam à melhoria do ensino (Português e Matemática do 1º ciclo; MatSucesso; Assessoria de Física e Química; Tutoria TIC);
- g) Flexibilização da matriz curricular de 3º ciclo, com a criação duma área de projeto multidisciplinar em, pelo menos, uma turma;

- h) Apoio a Exame, em todas as disciplinas com exame ou prova nacional,   exceção das que tenham propostas específicas;
- i) MAT-Prof – centrado no consultório da matemática, com vista   recuperação de módulos deixados em atraso, em anos anteriores;
- j) Filosofia Aplicada;
- k) Desenvolvimento de Clubes / Projetos transversais que possam servir de suporte   diversificação de estratégias de apoio às aprendizagens.

Ouvido o conselho pedagógico, a diretora decide a organização dos tempos escolares atribuídos às atividades mencionadas no número anterior ao longo do ano letivo, podendo ser esta anual, semestral, trimestral, semanal ou pontual.

O tempo organizador da matriz horária é de 45', em todos os ciclos.

No âmbito das suas competências, o conselho pedagógico define os critérios gerais a que obedece a elaboração dos horários dos alunos, designadamente, quanto a:

- a) Hora de início e de termo de cada um dos períodos de funcionamento das atividades letivas (manhã, tarde e noite);
- b) Distribuição dos tempos letivos, assegurando a concentração máxima das atividades escolares da turma num só turno do dia;
- c) Limite de tempo máximo admissível entre aulas de dois turnos distintos do dia;
- d) Atribuição dos tempos de disciplinas cuja carga curricular se distribui por três ou menos dias da semana;
- e) Distribuição semanal dos tempos das diferentes disciplinas de língua estrangeira;
- f) Alteração pontual dos horários dos alunos para efeitos de substituição das aulas resultante das ausências dos docentes;
- g) Distribuição dos apoios a prestar aos alunos, tendo em conta o equilíbrio do seu horário semanal.

A diretora, no âmbito das suas competências, assegura, ouvido o conselho pedagógico, a organização de um conjunto de atividades de natureza lúdica, desportiva, cultural ou científica, de acordo com as linhas orientadoras definidas pelo conselho geral, a desenvolver nos tempos letivos desocupados dos alunos por ausência imprevista de professores.

Com vista   prevenção do insucesso e do abandono escolares, e sem prejuízo das medidas de promoção do sucesso educativo, a escola organiza, em momentos do ano letivo   sua escolha, oportunamente divulgados à comunidade escolar, atividades de orientação vocacional e escolar.

FUNÇÕES DE DIREÇÃO E COORDENAÇÃO ESTABELECIMENTO

O agrupamento dispõe de um número máximo de horas a incluir na componente letiva do subdiretor e dos docentes designados como adjuntos da diretora, a determinar de acordo com os seguintes critérios:

Em escolas ou agrupamentos com mais de 1400 e menos de 2800 crianças e alunos: 58 horas, quando há lugar à designação de 3 adjuntos; às quais acrescem 28 horas para a coordenação dos estabelecimentos EB23 S. Pedro do Mar (12 horas), EB da Abelheira (8 horas) e Fonte Santa (8 horas).

A distribuição das horas mencionadas é da competência da diretora, salvaguardando o mínimo de atividade letiva para cada um deles e, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo, o tempo necessário para a supervisão dos estabelecimentos de educação e ensino pertencentes ao agrupamento.

Quando da aplicação das regras definidas resultem horas não utilizadas, estas podem ser atribuídas na componente letiva de docentes dos quadros para assessoria técnico-pedagógica em apoio à atividade do diretor.

CRÉDITO HORÁRIO

O cálculo do Crédito Horário obedece à fórmula prevista na alínea b) do ponto 20 da Resolução do Conselho de Ministros nº 53-D/2020

Crédito Horário (CH): $C = 132 \text{ turmas} \times 11 - 294/2 = \pm 1305 \text{ horas}$

Apoio Tutorial Específico: 4h por cada grupo de 10 alunos (entre 5 e 6 grupos).

	50'	45'
Crédito Horário Global:	1305	1450
Crédito Direção:	86	96
Desporto Escolar:	36	40
EMAEI	2	2
Apoio Tutorial Específico:	24	32
Crédito Total:	1435	1620
Total minutos	78300	

O crédito horário destina-se prioritariamente a garantir:

- A implementação de medidas de flexibilidade curricular que ao nível didático e pedagógico promovam o sucesso educativo nos diferentes níveis de ensino;
- A implementação das ações que cada escola definiu ao nível do seu plano de ação estratégica

com vista   promoa o do sucesso escolar;

- c) A implementação do Apoio Tutorial Específico.

O crédito horário destina-se, ainda, ao exercício de:

- a) Funções de coordenação educativa e supervisão pedagógica nos termos do artigo 42.é do Decreto-Lei n.é 75/2008, de 22 de abril, na redação vigente;
- b) Funções de direção de turma, nas quais se incluem, entre outras:
 - i) Assegurar o planeamento conjunto da leccionação dos conteúdos curriculares das diferentes disciplinas promovendo a interdisciplinaridade e uma eficaz articulação curricular;
 - ii) Coordenar o processo de avaliação formativa das aprendizagens, garantindo a sua regularidade e diversidade;
 - iii) Promover, orientar e monitorizar a conceção e implementação de medidas que garantam o sucesso escolar de todos os alunos;
 - iv) Apoiar a integração dos alunos na escola e o acesso às diferentes ofertas por esta promovida;
 - v) Desenvolver iniciativas que promovam a relação da escola com a família, em articulação com os docentes do conselho de turma;
 - vi) Promover mecanismos de devolução de informação às famílias;
 - vii) As funções estipuladas para o Ensino Misto e o Ensino   Distância.
- c) Funções de assessoria   direção previstas no artigo 30.é do Decreto-Lei n.é 75/2008, de 22 de abril, na redação vigente, cabendo às escolas definir, no âmbito da sua autonomia, os cr terios para a constituição e dotação das mesmas;
- d) Atividades de manutenção e gestão dos recursos tecnológicos, bem como de programação e desenvolvimento de atividades educativas que os envolvam.

Com base em pareceres emitidos pelos departamentos curriculares e aprovados pelo conselho pedagógico, a distribução dos tempos do crédito é feita tendo como prioridades o seguinte:

- a) Medidas de apoio e desenvolvimento do sucesso dos alunos;
- b) Medidas de desenvolvimento da articulação curricular e multidisciplinar;
- c) Medidas de desenvolvimento de competências digitais;
- d) Regime de coadjuvação dentro da sala de aula;
- e) Assessorias e par pedagógico;

- f) Apoio a grupos de alunos, tanto no sentido de ultrapassar dificuldades de aprendizagem como de potenciar o desenvolvimento da mesma;
- g) Disciplinas de Oferta Artística e Tecnológica: CineCiência e Robótica;
- h) Ação Mais Apoio Mais Sucesso;
- i) Projeto Filosofia Aplicada;
- j) Oferta complementar;
- k) Medidas de combate à indisciplina e promoção de competências de cidadania;
- d) Medidas de combate ao abandono e interrupção do percurso escolar;
- e) Restantes ações de melhoria do TEIP;

Além disso, este crédito assegura funções de assessoria à direção previstas no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação vigente, cabendo às escolas definir, no âmbito da sua autonomia, os critérios para a constituição e dotação das mesmas.

Área de Alunos	Manuela Encarnação
Ensino Noturno	Ana Gonçalves
Segurança e Instalações	António Machado
Projetos Desenvolvimento Educativo	Lúcia Dias
Apoio à EB23	Cláudio Galego
Educação e Inclusão	Maria do Céu Silva
Parcerias e Comunidade	Luís Romão

No âmbito do Despacho citado, saíam deste crédito as horas para garantir as técnicas do GAAF, que, no próximo ano letivo, queremos que passem a 4, com a contratação de mais um/a técnico/a, tentando, novamente, autorização para terapeuta ocupacional.

APOIO TUTORIAL ESPECÍFICO

- ◆ Para além do crédito horário previsto, é disponibilizado às escolas um crédito horário adicional a fim de ser prestado um apoio tutorial específico aos alunos do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções.
- ◆ Cada professor tutor acompanha um grupo de 10 alunos.
- ◆ Para o acompanhamento do grupo de alunos referido no número anterior, são atribuídas ao professor tutor quatro horas semanais.
- ◆ Os horários das turmas com alunos em situação de tutoria devem prever tempos comuns para a

intervenção do professor tutor.

- ◆ Sem prejuízo de iniciativas que em cada escola possam ser definidas, ao professor tutor compete:
- ◆ Reunir nas horas atribuídas com os alunos que acompanha;
- ◆ Acompanhar e apoiar o processo educativo de cada aluno do grupo tutorial;
- ◆ Facilitar a integração do aluno na turma e na escola;
- ◆ Apoiar o aluno no processo de aprendizagem, nomeadamente na criação de hábitos de estudo e de rotinas de trabalho;
- ◆ Proporcionar ao aluno uma orientação educativa adequada a nível pessoal, escolar e profissional, de acordo com as aptidões, necessidades e interesses que manifeste;
- ◆ Promover um ambiente de aprendizagem que permita o desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- ◆ Envolver a família no processo educativo do aluno;
- ◆ Reunir com os docentes do conselho de turma para analisar as dificuldades e os planos de trabalho destes alunos.
- ◆ Os alunos referidos no n.º 1 beneficiam deste apoio tutorial, bem como de outras medidas de promoção do sucesso educativo, independentemente da tipologia de curso que frequentem.
- ◆ A constituição de grupos de alunos para o apoio tutorial específico, a título excecional, com um número inferior ao limite estabelecido no n.º 2 carece de autorização dos serviços do Ministério da Educação competentes, mediante análise de proposta fundamentada do diretor.
- ◆ A constituição de grupos de alunos para o apoio tutorial específico, a título excecional, com um número superior ao limite estabelecido no n.º 2 carece de autorização do conselho pedagógico, mediante análise de proposta fundamentada do diretor.

DESDOBRAMENTOS

- ◆ É autorizado o desdobramento de turmas nas disciplinas de Ciências Naturais e Físico-Químicas do 3.º ciclo do ensino básico, exclusivamente para a realização de trabalho prático ou experimental:
 - a) Quando o número de alunos da turma for igual ou superior a 20;
 - b) No tempo correspondente a um máximo de 100 minutos.
- ◆ O desdobramento a que se refere o número anterior irá funcionar semanalmente nas duas disciplinas, alternando em 4 tempos seguidos, 2 hora para cada turno /disciplina.
- ◆ Proceder-se-á ao desdobramento de turmas do ensino secundário, exclusivamente para a realização de trabalho prático ou experimental, do modo que se apresenta:
 - a) Nos cursos científico –humanísticos, no tempo semanal de lecionação correspondente a cento e trinta e cinco minutos, quando o número de alunos da turma for superior a 20, nas seguintes disciplinas bienais:
 - ◆ Biologia e Geologia;
 - ◆ Física e Química A;
 - ◆ Língua Estrangeira (da componente de formação específica do curso de Línguas e Humanidades);
 - b) Nos cursos científico-humanísticos, no tempo semanal de lecionação correspondente a cem minutos, no máximo, quando o número de alunos da turma for superior a 20, nas seguintes disciplinas anuais:
 - ◆ Biologia;
 - ◆ Física;
 - ◆ Geologia;
 - ◆ Química;
 - c) Na componente de formação específica dos cursos científico-humanísticos, no tempo semanal de lecionação correspondente a cento e cinquenta minutos, no máximo, quando o número de alunos da turma for superior a 20 nas seguintes disciplinas:
 - ◆ Desenho A;
 - ◆ Oficina de Artes;
 - ◆ Oficina Multimédia B;

- d) Na disciplina de Geometria Descritiva A da componente de formação específica dos cursos científico-humanísticos no tempo semanal de lecionação correspondente a cinquenta minutos, no máximo, quando o número de alunos da turma for superior a 24.
- e) Nas disciplinas de carácter laboratorial da componente de formação científica dos cursos profissionais, até um tempo letivo, sempre que o número de alunos for superior a 20;
- f) Nas disciplinas de carácter laboratorial, oficial, informático ou artístico da componente de formação técnica dos cursos profissionais, na totalidade da carga horária semanal, quando o número de alunos for superior a 15 e se considere viável o desdobramento.
- g) De modo a possibilitar o desenvolvimento da oralidade e da produção escrita, as escolas organizam os horários das turmas, podendo, para tal, encontrar soluções organizativas diversas que podem passar pela marcação de um tempo semanal simultâneo de português e de língua(s) estrangeira(s) dividindo -se, nesse tempo, os alunos numa lógica de trabalho de oficina.

Decorrente da autonomia do Agrupamento, serão, também alvo de desdobramento, as disciplinas de TIC (2º e 3º ciclos), Educação Tecnológica, CineCiência e Robótica, de acordo com o projeto de trabalho da turma. Poderão ser contemplados desdobramentos em Ciências Naturais, no 2º ciclo, para desenvolvimento de trabalho experimental.

PRINCÍPIOS GERAIS

ENSINO PRESENCIAL

- ◆ A elaboração de horários quer das turmas quer dos professores obedecerá aos normativos legais e a critérios de ordem pedagógica.
- ◆ A Distribuição do serviço docente é da competência da diretora, nos termos das alíneas c) e d) do nº 4 do art.º 20º do Decreto-Lei 75/2008 de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei 137/2012 de 2 de julho.
- ◆ A elaboração dos horários está a cargo de um grupo de professores designado pela diretora. Os horários serão elaborados ouvidos os Coordenadores de Departamento e os Coordenadores dos Grupos Disciplinares, que farão uma primeira distribuição do serviço docente, a qual será alterada sempre que o perfil do professor e a sua adequação às turmas, as circunstâncias, a gestão dos horários e as questões pedagógicas o aconselhem.
- ◆ Sempre que possível e se justifique, deverá ser mantida a continuidade do professor e do diretor de turma na turma. A opção de continuidade deverá ser expressa pelo professor e estará condicionada a aceitação pela diretora e dependente da avaliação do trabalho desenvolvido no ano anterior. A continuidade da Direção de Turma dependerá da possibilidade da sua atribuição.
- ◆ Tendo em conta as limitações existentes, na distribuição de serviço ter-se-á em conta a adequação do perfil do professor aos interesses, objetivos e às necessidades da turma designadamente quanto àquelas cujos alunos pretendam ingressar no ensino superior ou que apresentem problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc.
- ◆ Dever-se-á evitar a atribuição de turmas com disciplinas sujeitas a exame final a professores para os quais haja previsibilidade de ausência prolongada ou que, em anos anteriores, apresentem um padrão de baixa assiduidade.
- ◆ A distribuição de níveis pelos vários professores do grupo/disciplina deverá ser equilibrada e, sendo possível, não superior a três.
- ◆ Será prevista uma bolsa de horas para apoiar, à distância, alunos que, por determinação médica, sejam obrigados a permanecer períodos de tempo em confinamento.

CRITÉRIOS GERAIS DE ORGANIZAÇÃO

1. As escolas Secundária e EB23 funcionarão em três e dois turnos, respetivamente: o período da manhã decorrerá entre as 8h30 e 13h30, o período da tarde, entre as 13h45 e as 18h30 e o período noturno, entre as 19h00 e as 23h40.
2. As escolas do 1º ciclo funcionam, na componente letiva, entre as 09:00h e as 13:30h e as 13:30h e as 16:30h; na componente AEC, entre as 15:30h e as 17:30h; na componente de apoio à família, nos períodos subsequentes, abrangidos entre as 8:00h e as 18:30h.
3. O Jardim de Infância funciona entre as 8:00h e as 18:30, incluindo a componente letiva e o apoio à família.
4. A carga horária semanal será organizada em períodos de 45 minutos.
5. O intervalo do almoço não poderá ser inferior a uma hora.
6. As atividades de complemento curricular e extracurricular realizar-se-ão em contra horário, e sem prejuízo de aulas.
7. Os tempos letivos de cada uma das disciplinas serão distribuídos criteriosamente, de modo a evitar o lançamento de tempos letivos em dias consecutivos de disciplinas com dois tempos semanais.
8. As aulas de Educação Física e as atividades do Desporto Escolar só poderão iniciar-se, no mínimo, 1 hora após o término do período definido para o almoço.
9. As atividades extracurriculares bem como as reuniões dos órgãos de administração e gestão, estruturas de orientação educativa e serviços especializados de apoio educativo, não deverão colidir com as atividades letivas, sendo-lhes reservado um período específico para a sua realização.
10. A elaboração de horários poderá estar condicionada à disponibilidade de espaços específicos. No entanto, procurar-se-á concentrar as aulas de uma só turma numa mesma sala, exceto nas disciplinas que exigem uma sala específica.

HORÁRIOS DAS TURMAS

- ◆ No horário de cada turma não poderão ocorrer tempos desocupados, vulgo “furos”. A decisão do horário das turmas cabe à diretora, ouvida a equipa de horários.
- ◆ Nenhuma turma poderá ter mais do que 6 tempos de 45’ consecutivos.
- ◆ O número de tempos de 45 minutos não deve ultrapassar os 8, respetivamente, em cada dia de aulas, podendo ser 9, excecionalmente, em dois dias da semana, desde que envolva disciplinas

práticas.

- ◆ Se, por exigência curricular, se dividir uma turma em dois “turnos” numa disciplina, dessa situação não poderá ocorrer nenhum tempo desocupado para qualquer deles; nos dias em que tal ocorra, o(s) tempo(s) letivo(s) relativos a um dos grupos será(ão) colocado(s) no 1º tempo de um dos períodos sendo o(s) tempo(s) letivo(s) relativos ao outro turno colocado no final do mesmo período.
- ◆ Tanto quanto possível evitar-se-á que haja tempos letivos desocupados em resultado da não frequência de uma disciplina por parte dos alunos.
- ◆ Deve-se procurar evitar que as aulas de uma mesma disciplina, com dois tempos semanais, tenham lugar em dias consecutivos.
- ◆ As aulas das Línguas Estrangeiras não devem ser lecionadas em tempos letivos consecutivos.
- ◆ As aulas de Educação Física não devem ser lecionadas em dias consecutivos.
- ◆ No Ensino Básico, as disciplinas de carácter “prático” devem ser lecionadas, preferencialmente, no período complementar.
- ◆ Poderão ser utilizados até dois ou três tempos da componente letiva para prestação de apoio aos alunos ou dinamização de grupo/turma de modalidades do desporto escolar.
- ◆ A distribuição da carga horária das diferentes disciplinas deve ser equilibrada e respeitando, tanto quanto possível, a diversidade.
- ◆ A escola não está obrigada a garantir horário compatível nas disciplinas em atraso a alunos inscritos em dois anos de escolaridade, mas assume o compromisso de o possibilitar, na medida do possível.
- ◆ Os horários poderão ser pontualmente alterados para efeitos de substituição de aulas resultantes da ausência de docentes.
- ◆ Os horários poderão ser alterados por passagem ao regime misto ou ao ensino à distância.
- ◆ O Plano de Transição para o regime misto ou para o E@D será aprovado no 1º Conselho Pedagógico de Setembro, bem como no primeiro Conselho Geral.

HORÁRIO DOS PROFESSORES

- ◆ A componente letiva é de 22 tempos semanais (H=50m) ou 1100 minutos, operacionalizada em 24 tempos letivos de 45'.
- ◆ Não é permitida a distribuição ao docente de mais de seis tempos letivos consecutivos.
- ◆ O horário do docente não deve incluir mais de 3 níveis de lecionação diferentes, sempre que possível.
- ◆ Na elaboração do horário de trabalho do pessoal docente é obrigatoriamente registada a totalidade das horas correspondentes à duração da respetiva prestação semanal de trabalho, procurando-se distribuir equilibradamente as componentes letiva e não letiva. A componente letiva dos docentes do quadro tem de estar totalmente completa, não podendo conter qualquer tempo de insuficiência. A insuficiência, se existir, será suprida com substituições temporárias, lecionação de grupos de alunos de homogeneidade relativa em disciplinas estruturantes, reforço da carga curricular de qualquer disciplina, atividades de apoio ao estudo ou outro tipo de apoio ou coadjuvação.
- ◆ A marcação no horário dos três tempos da componente não letiva e dos tempos de cargos ou funções deve ter em conta os interesses da escola, os seus objetivos e as suas finalidades.
- ◆ O serviço distribuído ao docente deve estender-se ao longo de 5 dias/semana.
- ◆ O docente está obrigado a comunicar à diretora qualquer facto que implique redução ou condicionamento na elaboração do horário; os docentes que ao longo do ano prevejam redução de serviço letivo (ex: maternidade, amamentação) deverão dar conta da situação.
- ◆ A componente não letiva de estabelecimento é de 3 tempos de 45 minutos.
- ◆ A componente não letiva de estabelecimento será marcada, tanto quanto possível, em horário compatível para que o docente possa acompanhar os respetivos alunos.

DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE

- ◆ A distribuição de serviço deve ter como princípio orientador a qualidade do ensino e os legítimos interesses dos alunos.
 - ◆ A distribuição de serviço deve ser devidamente planeada, tendo em consideração os recursos humanos disponíveis, as disponibilidades físicas do edifício escolar e a sequencialidade dos ciclos e anos de escolaridade. Assim, esta distribuição subordina-se aos seguintes princípios orientadores:
 - a) Adequação do perfil do professor à turma, nomeadamente naquelas onde existem problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc;
 - b) Distribuição equilibrada de níveis pelos vários professores do grupo/disciplina;
 - c) Distribuição do serviço letivo feita, preferencialmente, de modo a que cada disciplina (ou cada nível) seja lecionada por uma equipa de, pelo menos, dois ou três professores;
 - d) Previsibilidade de ausência prolongada e a consequente falta de assiduidade do professor.
 - e) Direção de turma atribuída, preferencialmente, a um professor que tenha todos os alunos da turma;
 - f) Equipas docentes constituídas por um mesmo conjunto de professores a quem, simultaneamente seja atribuído o mesmo conjunto de turmas nos 2º e 3º ciclo;
 - g) Não inclusão, sempre que possível, de mais de 3 níveis distintos em cada horário sobran-te.
 - h) No ensino secundário não deverá atribuir-se mais do que uma disciplina ao mesmo professor na mesma turma;
2. A componente letiva deverá ser distribuída tendo em consideração os seguintes parâmetros:
- a) Perfil do professor adequado ao ciclo/nível, curso, disciplina;
 - b) Formação profissional;
 - c) Continuidade, sempre que conveniente;
 - d) Distribuição equilibrada de níveis;
 - e) Desempenho de cargos.

Anexa-se:

- **ANEXO I – Síntese das medidas organizativas para a distribuição de serviço e organização dos horários;**
- **Anexo II – Matrizes de organização curricular por ano / curso**

Aprovado em Conselho Pedagógico de 27 de julho de 2020

A Diretora

Apreciação do Conselho Geral, em 27 de julho de 2020

O Conselho Geral deu um parecer favorável.

A Presidente do Conselho Geral

Anexo I

Síntese das medidas organizativas para a distribuição de serviço e organização dos horários

1  CICLO:

Horário de Funcionamento para os 1  e 2  anos

09:00 – 10:30 (aulas)

10:30 – 11:00 (intervalo)

11:00 – 12:30 (aulas)

12:30 – 13:30 (almoço)

13:30 – 15:00 (aulas)

15:00 – 15:30 (intervalo)

15:30 – 16:30

Horário de Funcionamento para os 3  e 4  anos

10:00 – 11:30 (aulas)

11:30 – 12:00 (intervalo)

12:00 – 13:30 (aulas)

13:30 – 14:30 (almoço)

14:30 – 16:00 (aulas)

16:00 – 16:30 (intervalo)

16:30 – 17:30

O Conselho Geral, em reunião do dia 27 de julho, pela 19h15, não concordou com a distribução das turmas do 1  ciclo, pelos períodos da manhã e da tarde.

Os representantes dos pais foram especialmente críticos (todos eles) mas a reação negativa foi unânime da parte de todos os conselheiros. Foi argumentado, aliás, que, os alunos com aulas de manhã estariam,   tarde, na escola, na componente de apoio   família e nas AECs e vice-versa.

Considerando que a definição do horário escolar   competência da diretora, foi-me solicitado a apresentação de uma proposta alternativa que contemplasse o desfasamento de horários, mas que não pusesse em causa a organização familiar e permitisse o desenvolvimento das AECs e da componente de apoio   família.

Perante esta situação, apresentei a proposta constante, inicialmente, no documento, de entrada faseada (1  e 2  anos - 9h00; 3  e 4  anos - 10h00) a qual recebeu a aprovação de todos os conselheiros, com a recomendação de que deveriam ser criadas condições organizacionais para que os dois grupos não contactassem nos espaços escolares.

AECs - 5Xsemana

- ◆ Atividades Lúdicas e Expressivas
- ◆ Atividades Lúdicas e Desportivas
- ◆ Ciências Experimentais

Flexibilidade Curricular

1º Ciclo:

- ◆ 1º ano – quinta-feira
- ◆ 2º - quarta-feira
- ◆ 3º ano - sexta-feira
- ◆ 4º ano – 3ª feira

Medidas de promoção do sucesso:

- ◆ Aprender +
- ◆ Coadjuvação nas Áreas Artística e Educação Física
- ◆ Filosofia para Crianças
- ◆ TIC
- ◆ Projeto Ciência na Mochila
- ◆ Sala de Estudo /Tutoria

2º CICLO

Tempos de 45'

08:30 – 10:00 (aulas)

10:00 – 10:10 (intervalo)

10:10 – 11:40 (aulas)

11:50 – 12:00 (intervalo)

12:00 – 13:30 (aulas)

13:30 – Almoço

Tarde: Educação Física / Educação Artística / Estudo (se necessário)

Num plano de transição, as turmas poderão ter aulas exclusivamente de manhã.

- ◆ Possibilidade de Desdobramentos: TIC (2 Tempos) + outra disciplina

Medidas de promoção do sucesso:

- ◆ Desdobramento Português / Inglês
- ◆ MATSucesso
- ◆ Projetos
- ◆ Sala de Estudo
- ◆ SMILE /Tutoria
- ◆ Ciência na Mochila
- ◆ 135' para DT

3º CICLO (7º e 8º anos) – os alunos podem e devem ir almoçar à escola

13:20 – 14:50 (aulas)

14:50 – 15:00 (intervalo)

15:00 – 16:30 (aulas)

16:30 – 16:40 (intervalo)

16:40 – 18:10 (aulas)

Manhã: Educação Física / Educação Artística / Estudo / Projetos

Num plano de transição, as turmas poderão ter aulas exclusivamente de tarde.

3º CICLO (9º ano)

08:30 – 10:00 (aulas)

10:00 – 10:10 (intervalo)

10:10 – 11:40 (aulas)

11:50 – 12:00 (intervalo)

12:00 – 13:30 (aulas)

13:30 – Almoço

Tarde: Educação Física / Educação Artística / Estudo (se necessário)

Num plano de transição, as turmas poderão ter aulas exclusivamente de manhã.

Desdobramentos:

- ◆ ET / CineCiência / Programação & Robótica / TIC, de acordo com o projeto da turma.
- ◆ Português / Inglês ou outra língua
- ◆ Ciências Naturais / Física e Química (de acordo com o normativo).

Medidas de promoção do sucesso:

- ◆ Desdobramento Português / Inglês
- ◆ “Sucesso para todos MAT&FQ”
- ◆ Sala de Estudo
- ◆ SMILE / Tutoria
- ◆ Apoio Tutorial Específico
- ◆ 135' para DT (45' – DT – Trabalho com os Alunos)

Ensino Secundário:

Tempo organizador da Matriz: 45'

Cursos Científico Humanísticos (10º ano)

08:30 – 10:00 (aulas)

10:00 – 10:10 (intervalo)

10:10 – 11:40 (aulas)

11:50 – 12:00 (intervalo)

12:00 – 13:30 (aulas)

13:30 – Almoço

Tarde: Educação Física / Projetos

Num plano de transição, as turmas poderão ter aulas exclusivamente de manhã.

Cursos Científico Humanísticos (11º e 12º anos)

13:20 – 14:50 (aulas)

14:50 – 15:00 (intervalo)

15:00 – 16:30 (aulas)

16:30 – 16:40 (intervalo)

16:40 – 18:10 (aulas)

Manhã: Educação Física / Projetos

Num plano de transição, as turmas poderão ter aulas exclusivamente de tarde.

Desdobramentos:

- ◆ ET / CineCiência / Programação & Robótica / TIC, de acordo com o projeto da turma.
- ◆ Português / Inglês ou outra língua
- ◆ Ciências Naturais / Física e Química (de acordo com o normativo).

Medidas de promoção do sucesso:

- ◆ Desdobramento Português / Inglês
- ◆ “Sucesso para todos MAT&FQ”
- ◆ Sala de Estudo
- ◆ SMILE / Tutoria
- ◆ Apoio Tutorial Específico
- ◆ 135' para DT (45' – DT – Trabalho com os Alunos)

Medidas de promoção do sucesso:

- ◆ Desdobramento Português / Inglês
- ◆ “Sucesso para todos MAT&FQ”
- ◆ Apoio GDA
- ◆ Filosofia Aplicada
- ◆ Tutoria TIC
- ◆ Apoio a Exame
- ◆ Sala de Estudo
- ◆ 135’ para DT (45’ – DT – Trabalho com os Alunos)
- ◆ Cidadania: da responsabilidade do CT, mas com 1 tempo marcado no horário dos alunos e do/a professor/a coordenador/a

Cursos de Educação e Formação e Ensino Profissional funcionarão nos dois turnos, de acordo com a mancha horária das turmas.

Anexo II

Matrizes previstas no Decreto Lei nº 55/2018, de 6 de julho

Matriz a aplicar às turmas do 1º, 2º, 3º e 4º anos

(DL 55/2018)

1º CICLO				
COMPONENTE DO CURRÍCULO	TP	60'		
Português	1500	7	420	
Matemática		7	420	
Estudo do Meio		3	180	
Educação Artística - Arte /dança /teatro /música		3	180	
Educação Física		2	120	
Inglês		2	120	
Apoio Estudo (b)		1	60	
Oferta Complementar		1	60	
AECs		5	300	
TOTAL OBRIGATÓRIO		30	1800	

(a) admite a organização de 1/2 tempos - 30'; (b) tempo flexível para introduzir medidas de melhoria /inovação	(c)	(d)
---	-----	-----

Matriz a aplicar às turmas dos 5º e 6º anos

(DL 55/2018)

2º CICLO - 5º ano e 6º ano				
COMPONENTE DO CURRÍCULO	Disciplina	TP de referência	45'	
Línguas e Estudos Sociais	Português	525	5	225
	HGP		3	135
	Inglês		3	135
	Cidadania		1	45
SUBTOTAL			12	540
Matemática e Ciências	Mat	350	5	225
	Cnat		3	135
SUBTOTAL			8	360
Ed. Artística e Tecnológica	EV	325	2	90
	ET		2	90
	EM		2	90
	TIC		1	45
SUBTOTAL			7	315
Ed. Física		150	3	135
TOTAL OBRIGATÓRIO		1350	30	1350

Matrizes a aplicar às turmas dos 3º Ciclo

(DL 55/2018)

			7º Ano	8º Ano			9º Ano	
COMPONENTE DO CURRÍCULO	Disciplina	TP	45'					
Português		200	4	180	4	180	4,5	200
SUBTOTAL			4	4	180	4	180	4,5
Línguas Estrangeiras	Inglês	3	135	2	135	3	135	135
	LE II	3	135	3	135	2	90	90
SUBTOTAL			6	6	270	5	270	5
CHS	História	2	90	3	135	3	135	135
	Geografia	3	135	2	90	3	135	135
	Cidadania	1	45	1	45	1	45	45
SUBTOTAL			6	6	270	6	270	7
Matemática		200	5	225	5	225	5	225
SUBTOTAL			5	5	225	5	225	5
CFN	C. Naturais	3	135	3	135	3	135	135
	FQ	3	135	3	135	3	135	135
SUBTOTAL			6	6	270	6	270	6
Expressões e Tecnologias	EV	2	90	2	90	2	90	90
	ET/CineC/PR	1	45	1	45	1	45	45
	TIC	1	45	1	45	1	45	45
SUBTOTAL			4	4	180	4	180	4
Educação Física		3	135	3	135	3	135	135
TOTAL			34	1530	33	1530	34,5	1550
Oferta Complementar		45	1				1	45

Faltam 20 minutos

Matriz a aplicar às turmas dos 10º e 11º anos

(DL 55/2018)

SECUNDÁRIO - 10º e 11º anos - CT				
COMPONENTE DE FORMAÇÃO	Disciplina	TP	45'(a)	
Geral	Português	180	5	225
	LE I, II ou III	150	4	180
	Filosofia	150	4	180
	Ed. Física	150	3	135
Específica	Trienal	250	6	270
	Bienal 1	315	7	315
	Bienal 2	315	7	315
TOTAL OBRIGATÓRIO		1510	36	1620

SECUNDÁRIO - 10º e 11º anos - CSE, LH, AV				
COMPONENTE DE FORMAÇÃO	Disciplina	TP	45'(a)	
Geral	Português	180	5	225
	LE I, II ou III	150	4	180
	Filosofia	150	4	180
	Ed. Física	150	3	135
Específica	Trienal	250	6	270
	Bienal 1	270	6	270
	Bienal 2	270	6	270
TOTAL OBRIGATÓRIO		1420	34	1530

Matriz a aplicar às turmas do 12  ano

(DL 55/2019)

SECUNDÁRIO - 12� ano - Todos os cursos				
Matriz do DL 55				
COMPONENTE DE FORMAÇÃO	Disciplina	TP	45'	
Geral	Português	4	5	270
	Ed. Física	3	3	135
Específica	Trienal	6	7	315
	Anual 1	4	4	180
	Anual 2	4	4	180
TOTAL OBRIGATÓRIO		21	23	1035